



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A)  
FEDERAL DA 1ª UNIDADE AVANÇADA DE ATENDIMENTO DA  
JUSTIÇA FEDERAL DE FREDERICO WESTPHALEN - RS.**

**Revisão Previdenciária (ATIVIDADES CONCOMITANTES)**

**MARIA ELCIRA ANDRADE**, brasileira, divorciada, aposentada, portadora do RG nº. 2013145954, inscrita no CPF sob o nº. 176.510.500-53, residente e domiciliada na Rua Aparício Borges, nº. 577, no município de Frederico Westphalen/RS, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus procuradores signatários, propor a presente **AÇÃO DE REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL DA APOSENTADORIA POR IDADE**, em face do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, autarquia federal, que deverá ser citada na pessoa de seu representante legal, pelas razões de fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

**DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente, nos termos da Lei 1.060/50 e do art. 99, §3º, do CPC, a Autora postula os benefícios da Assistência





Judiciária Gratuita, tendo em vista que não possui condições de arcar com as despesas processuais sem o comprometimento do seu sustento e de sua família, (conforme comprovante de rendimentos anexo).

Ademais, neste sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NCPC. REQUISITOS. **Deve ser deferida a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita quando demonstrado que os rendimentos da parte requerente estão abaixo do teto dos benefícios da Previdência Social.** Precedente. (TRF4, AG 5003098-26.2018.4.04.0000, SEXTA TURMA, Relator JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, juntado aos autos em 08/03/2018)*

***PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA DELEGADA. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. HIPOSSUFICIÊNCIA. 1. Nos termo da Súmula 8 deste TRF4R, "Subsiste no novo texto constitucional a opção do segurado para ajuizar ações contra a Previdência Social no foro estadual do seu domicílio ou no do Juízo Federal". 2. A assistência judiciária é devida a quem não possui rendimentos suficientes para suportar as despesas de um processo sem prejuízo de seu sustento ou de sua família. 3. A declaração de pobreza para fins de gratuidade de justiça goza de presunção iuris tantum de veracidade, podendo ser ilidida por prova em contrário. 4. Não havendo elementos que apontem para situação de suficiência econômica da parte autora para arcar com as despesas processuais, especialmente levando em sua renda mensal, impõe-se o deferimento da AJG.** (TRF4, AG 5071591-89.2017.4.04.0000, QUINTA TURMA, Relator ALTAIR ANTONIO GREGÓRIO, juntado aos autos em 09/03/2018)*

## DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS





A Autora é beneficiária de Aposentadoria por Idade **NB: 165928468-3** com início do benefício em 09.06.2014 e renda mensal inicial de R\$ 1.839,69

Inobstante, o Requerido **erroneamente**, não observou na realização do cálculo do valor do benefício do Autor (Carta de Concessão anexa), a soma de todos os seus salários de contribuição, fazendo com que a RMI (Renda Mensal Inicial) do Autor fosse menor que a devida.

Assim, confrontou o entendimento da jurisprudência pátria deste Tribunal, *in verbis*:

*PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADES CONCOMITANTES. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. - Na apuração da renda mensal inicial de benefício previdenciário concedido a partir de abril de 2003, os salários-de-contribuição do período em que o segurado tiver exercido atividades em concomitância devem ser somados, em razão da revogação tácita do art. 32 da Lei 8.213/91 pela Lei 9.876/99, que extinguiu progressivamente a escala de salários-base (TRF4, EINF 5007039-68.2011.404.7003, TERCEIRA SEÇÃO, Relator p/ Acórdão Juiz Federal OSNI CARDOSO FILHO, juntado aos autos em 10/03/2016). - As teses relativas ao percentual de juros e o índice de correção monetária devem ser diferidas para a fase de execução, de modo a racionalizar o andamento do presente processo de conhecimento. (TRF4, AC 5005061-94.2018.4.04.7202, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SC, Relator JORGE ANTONIO MAURIQUE, juntado aos autos em 11/10/2019)(grifo nosso)*

*PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADES CONCOMITANTES. - Na apuração da renda mensal inicial de benefício previdenciário concedido a partir de abril de 2003, os salários-de-contribuição do período em que o segurado tiver exercido atividades em concomitância devem ser somados, em razão da revogação tácita do art. 32 da Lei 8.213/91 pela Lei 9.876/99, que extinguiu progressivamente a escala de salários-base (TRF4, EINF 5007039-68.2011.404.7003, TERCEIRA SEÇÃO, Relator p/*





Acórdão Juiz Federal OSNI CARDOSO FILHO, juntado aos autos em 10/03/2016). (...) (TRF4, AC 5009391-14.2016.4.04.7200, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SC, Relator JOÃO BATISTA LAZZARI, juntado aos autos em **13/12/2019**) (grifo nosso)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO CÁLCULO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. CONSTITUCIONALIDADE. ATIVIDADES CONCOMITANTES. BENEFÍCIO ORIGINÁRIO CONCEDIDO APÓS ABRIL DE 2003. SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. SOMA. **Na apuração da renda mensal inicial de benefício previdenciário concedido a partir de abril de 2003, os salários-de-contribuição do período em que o segurado tiver exercido atividades em concomitância devem ser somados, em razão da revogação tácita do art. 32 da Lei 8.213/91 pela Lei 9.876/99, que extinguiu progressivamente a escala de salários-base** (TRF4, EINF 5007039-68.2011.404.7003, TERCEIRA SEÇÃO, Relator p/ Acórdão Juiz Federal OSNI CARDOSO FILHO, juntado aos autos em 10/03/2016) (grifo nosso)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADES CONCOMITANTES. **Na apuração da renda mensal inicial de benefício previdenciário concedido a partir de abril de 2003, os salários-de-contribuição do período em que o segurado tiver exercido atividades em concomitância devem ser somados, em razão da revogação tácita do art. 32 da Lei 8.213/91 pela Lei 9.876/99, que extinguiu progressivamente a escala de salários-base** (TRF4, EINF 5007039-68.2011.404.7003, TERCEIRA SEÇÃO, Relator p/ Acórdão Juiz Federal OSNI CARDOSO FILHO, juntado aos autos em 10/03/2016). (TRF4, AC 5002846-06.2013.4.04.7208, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SC, Relator JORGE ANTONIO MAURIQUE, juntado aos autos em 17/08/2018) (grifo nosso)

PREVIDENCIÁRIO. COISA JULGADA ADMINISTRATIVA. ATIVIDADE URBANA. RECONHECIMENTO. MANDATO DE VEREADOR. SEGURADO FACULTATIVO. REGISTRO DE CONTRIBUIÇÕES AO RGPS. PRESENÇA. POSSIBILIDADE DE CÔMPUTO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO. ATC. REQUISITOS PREENCHIDOS. APOSENTADORIA POR IDADE. REVISÃO. 1. O ato administrativo válido é dotado de presunção de legitimidade e veracidade, devendo ser respeitado o





devido processo legal no caso de sua desconstituição. Não é cabível a mera reapreciação da prova sem demonstração de qualquer ilegalidade do ato anterior, pois a alteração de seu conteúdo simplesmente ofende a coisa julgada administrativa, que confere estabilidade aos atos praticados, pautados, ainda que em tese, em lei. 2. Quanto ao tempo de serviço urbano, este pode ser comprovado mediante apresentação de início de prova material, a qual poderá ser corroborado por prova testemunhal idônea, caso necessário o preenchimento de eventuais lacunas. 3. Na vigência da legislação anterior (LOPS/60, RBPS/79, CLPS/84 e LBPS/91 na redação original), os vereadores, assim como os titulares de mandatos congêneres, não eram obrigatoriamente filiados ao Regime Geral de Previdência, sendo que o art. 55, III, da Lei n. 8.213/91 limitava-se a autorizar o cômputo do tempo de serviço exercido em dita qualidade para fins de obtenção de benefício, mediante o pagamento das contribuições respectivas ao período a ser somado (§ 1º do mesmo dispositivo). 4. Não se tratando o autor de segurado obrigatório do Regime Geral, nem sendo filiado, à época do exercício dos mandatos eletivos, a regime próprio de previdência, o cômputo do interstício em que trabalhou como vereador somente é possível mediante o pagamento das contribuições respectiva, verificada na hipótese dos autos. 5. **Na apuração da renda mensal inicial de benefício previdenciário concedido a partir de abril de 2003, os salários-de-contribuição do período em que o segurado tiver exercido atividades em concomitância devem ser somados, em razão da revogação tácita do art. 32 da Lei 8.213/91 pela Lei 9.876/99, que extinguiu progressivamente a escala de salários-base (TRF4, EINF 5007039-68.2011.404.7003, TERCEIRA SEÇÃO, Relator p/ Acórdão Juiz Federal OSNI CARDOSO FILHO, juntado aos autos em 10/03/2016).** 6. Reconhecimento do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição desde o primeiro requerimento administrativo, mediante a contagem de tempo de serviço apurado nos autos, até a véspera da implantação da aposentadoria por idade concedida pela autarquia. 7. Reconhecimento do direito à revisão do benefício de aposentadoria por idade, mediante a contagem de tempo de serviço apurado nos autos, a contar da data da respectiva DIB. (TRF4 5005541-67.2012.4.04.7207, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SC, Relator PAULO AFONSO BRUM VAZ, juntado aos autos em 17/10/2019)

**PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADES CONCOMITANTES. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. - Na apuração**







**da renda mensal inicial de benefício previdenciário concedido a partir de abril de 2003, os salários-de-contribuição do período em que o segurado tiver exercido atividades em concomitância devem ser somados**, em razão da revogação tácita do art. 32 da Lei 8.213/91 pela Lei 9.876/99, que extinguiu progressivamente a escala de salários-base (TRF4, EINF 5007039-68.2011.404.7003, TERCEIRA SEÇÃO, Relator p/ Acórdão Juiz Federal OSNI CARDOSO FILHO, juntado aos autos em 10/03/2016). - As teses relativas ao percentual de juros e o índice de correção monetária devem ser diferidas para a fase de execução, de modo a racionalizar o andamento do presente processo de conhecimento. (TRF4, AC 5005061-94.2018.4.04.7202, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SC, Relator JORGE ANTONIO MAURIQUE, juntado aos autos em 11/10/2019)(grifo nosso)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADES CONCOMITANTES. ART. 32, DA LEI 8.213/91. INAPLICABILIDADE. 1. A Lei 9.876/99, ao instituir o fator previdenciário, mudou radicalmente a sistemática de apuração do salário de benefício, ampliando consideravelmente o período básico de cálculo, que deve considerar os maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo do segurado, a contar de julho de 1994. 2. Em se tratando de exercício de atividades concomitantes, embora não tenha sido expressamente revogado, o art. 32 da Lei n. 8.213/91 ficou sem efeito a partir da publicação da Lei n. 9.876/99. De fato, a partir da vigência da Lei 9.876/99, pouco importa a existência de uma atividade principal ou secundária, haja vista que a determinação legal é a de que sejam selecionados os maiores salários de contribuição vertidos aos cofres da Previdência para que seja calculado o salário de benefício. Assim, se em qualquer das atividades houver recolhimento pelo teto, tal contribuição deverá ser considerada para o cálculo do salário de benefício. E, se houver, em determinado período, mais de uma contribuição decorrente de atividade concomitante, e nenhuma delas atingir o teto, as contribuições deverão ser somadas, e limitadas ao teto, para efeito de cálculo do salário de contribuição. 3. No caso concreto, o requerimento administrativo de aposentadoria foi protocolado em 18-08-2004, após, portanto, a vigência da Lei n. 9.876/99. Considerando que as regras para a concessão do benefício e apuração da renda mensal inicial são aquelas vigente na data do implemento dos requisitos legais para tanto, aplica-se a Lei n. 9.876/99 para a apuração do salário de benefício, e não as disposições





do art. 32 da LBPS. 4. **Devem, pois, para a apuração do salário de benefício, ser somados todos os salários de contribuição da requerente, decorrentes de atividades concomitantes, e limitados ao teto.** (TRF4, AG 5019649-81.2018.4.04.0000, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SC, Relator CELSO KIPPER, juntado aos autos em 21/03/2019)(grifo nosso)

Destaca-se que inclusive a matéria foi **ratificada pela nova redação do art. 32, da Lei nº. 8.213/91 (Lei nº. 13.846/19) que já incluiu na lei a soma dos salários de contribuição, in verbis:**

**Art. 32. O salário de benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes será calculado com base na soma dos salários de contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo, observado o disposto no art. 29 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)**  
(...)

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica ao segurado que, em obediência ao limite máximo do salário de contribuição, contribuiu apenas por uma das atividades concomitantes. (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo ao segurado que tenha sofrido redução do salário de contribuição das atividades concomitantes em respeito ao limite máximo desse salário. (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

Ainda, a Turma Nacional de Uniformização no julgamento do representativo de controvérsia PEDILEF nº 5003449-95.2016.4.04.7201 (Tema nº 167), recentemente julgou que deve haver a soma integral dos salários de contribuição:

*O cálculo do salário de benefício do segurado que contribuiu em razão de **atividades concomitantes** vinculadas ao RGPS e implementou os requisitos para concessão do benefício em data posterior a 01/04/2003, deve se dar com base **na soma integral dos salários-de-contribuição** (anteriores e posteriores a 04/2003) limitados ao teto. (grifou-se)*





Ademais, faz-se importante citar os julgados das Turmas Recursais no mesmo sentido:

**EMENTA:** PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADES CONCOMITANTES. RGPS E RPPS. SOMA DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. 1. Tratando-se de segurado do RGPS que implementou os requisitos para a obtenção do benefício de aposentadoria em data posterior a abril de 2003 e que verteu contribuições previdenciárias em decorrência do desempenho de atividades concomitantes durante o período básico de cálculo, os salários-de-contribuição concomitantes (anteriores ou posteriores àquela competência) vinculados ao RGPS devem ser somados, porém limitados ao teto. 2. No entanto, a soma dos salários de contribuição de atividades concomitantes para cálculo do salário de benefício apenas é autorizada em relação a atividades vinculadas ao RGPS. Precedente da TNU. 3. Hipótese em que durante os períodos em que desempenhou atividades concomitantes a parte autora esteve vinculada ao RGPS e a RPPS, sendo indevida a soma dos salários-de-contribuição. 4. Recurso da parte autora improvido. (5015094-25.2018.4.04.7112, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DO RS, Relatora ALESSANDRA GÜNTHER FAVARO, julgado em 11/09/2019) (grifou-se)

**EMENTA:** PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. ATIVIDADES CONCOMITANTES. SOMA DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. CONECTÁRIOS LEGAIS. 1. TRATANDO-SE DE SEGURADO DO RGPS QUE IMPLEMENTOU OS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA EM DATA POSTERIOR A ABRIL DE 2003 E QUE VERTEU CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM DECORRÊNCIA DO DESEMPENHO DE ATIVIDADES CONCOMITANTES DURANTE O PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO, OS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO CONCOMITANTES (ANTERIORES OU POSTERIORES ÀQUELA COMPETÊNCIA) DEVEM SER SOMADOS, PORÉM LIMITADOS AO TETO. 2. CONECTÁRIOS LEGAIS VINCULADO AO STF. 3. RECURSO DA PARTE RÉ PARCIALMENTE PROVIDO. (5020369-64.2018.4.04.7108, SEGUNDA TURMA RECURSAL DO RS, Relator DANIEL MACHADO DA ROCHA, julgado em 18/06/2019) (grifou-se)







**EMENTA:** RECURSO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. **CÁLCULO DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. ATIVIDADES CONCOMITANTES. SOMA DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO DO PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO. DERROGAÇÃO DO ARTIGO 32 DA LEI Nº 8.213/91 A PARTIR DE ABRIL/2003.** CONECTÁRIOS LEGAIS. TEMA 810 STF. 1. A MP 83/2002, convertida na Lei 10.666/2003, extinguiu a partir da competência ABRIL/2003 a escala de salário-base transitória até então vigente. 2. Hipótese em que se passou a entender pela derrogação do artigo 32, da Lei 8213/91. **3. Tendo o segurado do RGPS implementado os requisitos para a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição após a competência abril/2003, os salários-de-contribuição das atividades concomitantes (antes e depois desta competência) devem ser somados, limitados ao teto contributivo vigente em cada competência, afastada a aplicação do artigo 32, da Lei 8213/91.** 4. Alinhamento do posicionamento desta Turma Recursal à tese firmada pela Turma Nacional de Uniformização no julgamento do representativo de controvérsia PEDILEF nº 5003449-95.2016.4.04.7201 (Tema nº 167). 5. Conectários legais fixados nos termos do decidido pelo STF (Tema 810). ( 5005991-49.2017.4.04.7105, QUARTA TURMA RECURSAL DO RS, Relatora MARINA VASQUES DUARTE DE BARROS FALCÃO, julgado em 05/09/2018) (grifou-se)

Assim sendo, no momento da concessão do benefício a RMI (Renda Mensal Inicial) da Autora deveria ser de R\$ 3.757,81 (conforme novo cálculo em anexo), fazendo jus então à revisão da renda mensal inicial do seu benefício, **considerando a soma integral de todos seus salários de contribuição.**

## DOS PEDIDOS

**DIANTE do EXPOSTO,** requer:

- a)** O deferimento da Assistência Judiciária Gratuita;





- b)** A citação do Requerido, para, querendo, contestar a presente ação;
- c)** A intimação do Requerido para que forneça cópia integral dos autos administrativos ainda faltantes, eventualmente imprescindíveis ao esclarecimento da demanda, em especial todo histórico de contribuição do segurado, para que seja possível a aferição do valor devido;
- d)** A condenação do Requerido, a fim de que revise o cálculo da RMI (Renda Mensal Inicial) do benefício de Aposentadoria por Idade (NB: 165.928.468-3) da Autora, com a soma integral dos salários de contribuição e atividades concomitantes;
- e)** A condenação do Requerido ao pagamento das diferenças não adimplidas desde a DIB (09.06.2014), com a devida atualização monetária e juros pelos índices utilizados pela Justiça federal, respeitando a prescrição e decadência;
- f)** A condenação do requerido ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o total da condenação, acrescido de correção e juros legais;

Requer, ainda, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 200.471,70 (duzentos mil quatrocentos e setenta e um reais e setenta centavos), conforme demonstrativo valor da causa em anexo.**

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Frederico Westphalen - RS, 23 de abril de 2020.





**GIRARDI**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

---

**p.p. Adv. Vinicius Ortigara Girardi**  
**OAB/RS 60.986**

